

**FACULDADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO  
Curso de Licenciatura  
2021/2022 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutora Claudia Monge; Prof. Doutora Ana Rita Gil;  
Prof. Doutora Heloísa Oliveira; Mestre Sara Matos; Mestre Diogo Calado ;  
Dr. Francisco Quelhas Lima

2º Ano – Turma B

---

**PROGRAMA**

**PARTE PRIMEIRA**

**A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS**

**Capítulo 1**

**A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

- 1. O Direito Internacional Público: relance introdutório**

- 1.1. Noção adoptada
- 1.2. Terminologia e intitulações
- 1.3. Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer
- 1.4. O Direito Internacional Público e os seus semelhantes
- 1.5. Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa
- 1.6. Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?

## 2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público

- 2.1. O longo período de gestação do Direito Internacional Público
- 2.2. A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)
- 2.3. O Período Moderno (1815-1945)
- 2.4. O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)

## 3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porque e para quê?

- 3.1. Principais correntes doutrinárias
- 3.2. Posição adoptada
- 3.3. As funções sociais do Direito Internacional Público

## **Capítulo 2**

### **FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

## 4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais

- 4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional
  - 4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes
  - 4.3. Fontes tipificadas
    - 4.3.1. A convenção internacional
    - 4.3.2. O costume internacional
    - 4.3.3. Os princípios gerais de Direito
    - 4.3.4. A jurisprudência e a doutrina
    - 4.3.5. A função atípica da equidade (ex aequo et bono)
  - 4.4. Fontes não tipificadas
    - 4.4.1. Os actos unilaterais
    - 4.4.2. O chamado *soft law*
  - 4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
  - 4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional
5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
- 5.1. Direito dos Tratados – fontes
  - 5.2. O nascimento dos tratados
    - 5.2.1. Conclusão dos tratados
    - 5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados
    - 5.2.3. Entrada em vigor
    - 5.2.4. Depósito, registo e publicação
  - 5.3. A vida dos tratados

- 5.3.1. Princípio *pacta sunt servanda*
    - 5.3.2. Tratados e terceiros Estados
    - 5.3.3. Revisão e modificação dos tratados
  - 5.4. A morte dos tratados
    - 5.4.1. Estabilidade e verdade das relações intermediadas por Tratados
    - 5.4.2. Nulidades
    - 5.4.3. Cessaçãõ da vigência e suspensão da sua aplicação
- 6. Em especial, o procedimento de vinculaçãõ por convenções internacionais e a Constituiçãõ Portuguesa
  - 6.1. Nas Constituições históricas portuguesas
  - 6.2. Na Constituiçãõ Portuguesa de 1976
    - 6.2.1. As bases jurídicãs de abertura internacional
    - 6.2.2. O problema da distinçãõ material entre tratado e acordo
    - 6.2.3. As quatro fases principais do procedimento interno de vinculaçãõ por convençãõ internacional
    - 6.2.4. O procedimento interno de desvinculaçãõ: simetria e equivalência
    - 6.2.5. Especificidades das convenções internacionais celebradas no quadro da Uniãõ Europeia

### **Capítulo 3**

#### **NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA**

## **7. Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno**

### **7.1. Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais**

#### **7.1.1. Monismo com primado do Direito Interno**

#### **7.1.2. Monismo com primado do Direito Internacional**

### **7.2. Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional**

### **7.3. Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto**

### **7.4. Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global**

## **8. A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias**

### **8.1. A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia**

### **8.2. Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa**

#### **8.2.1. Direito Internacional Geral ou Comum**

#### **8.2.2. Direito Internacional Convencional**

#### **8.2.3. Direito das Organizações Internacionais**

#### **8.2.4. Direito da União Europeia**

## **Capítulo 4**

### **SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL**

## **9. O conceito de sujeito de Direito Internacional**

- 9.1. Personalidade jurídica internacional: uma noção clássica que se renova
- 9.2. O Estado e os outros – que é quem no Direito Internacional
- 9.3. Em especial, o Estado
- 9.4. Em especial, o indivíduo
- 9.5. Sujeitos atípicos não estaduais
- 10. O reconhecimento da subjectividade internacional: função, natureza e critérios

## **Capítulo 5**

### **AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

- 11. Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais
  - 11.1. Noção
  - 11.2. Génese e evolução
  - 11.3. Classificações
  - 11.4. Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
  - 11.5. Membros
  - 11.6. Estrutura institucional
  
- 12. Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

**13. A Organização das Nações Unidas (ONU)**

**13.1. Enquadramento histórico**

**13.2. A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão**

**13.3. Os membros**

**13.4. Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU**

**13.5. Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional**

**13.6. O valor jurídico das resoluções da ONU**

**13.7. O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual**

**13.8. Áreas fundamentais de actuação**

**13.8.1. Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana**

**13.8.2. Protecção internacional dos Direitos Humanos (aspectos gerais)**

**13.8.3. Nações Unidas e agências especializadas – em especial, a prevenção e luta contra as pandemias (OMS)**

**PARTE SEGUNDA**

**A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE  
TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES**

**Capítulo 6**

**A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA  
DOS DIREITOS HUMANOS**

14. Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional
  
15. A protecção internacional penal
  - 15.1. A noção de crimes internacionais
  - 15.2. As jurisdições penais internacionais
  
16. A protecção internacional à pessoa humana em situação de particular vulnerabilidade: apátridas, refugiados e migrantes
  
17. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)
  - 17.1. Génese e evolução
  - 17.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH
  - 17.3. Portugal e a CEDH
  - 17.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais

## **BIBLIOGRAFIA**

### **I. Básica**

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2018.



- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares / DUARTE, Francisco Abreu (coords.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, Aafdl, 2020

## II. Complementar

- AA.VV. – *The Max Planck Encyclopedia of Public International Law* (<http://www.mpepil.com>; disponível o acesso na Biblioteca da FDUL).
- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2021
- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4ª. ed., Coimbra Editora, 2010.
- COUTINHO, F. Pereira, e outros (coords.) – *Os sujeitos não estaduais no Direito Internacional*, Ed. Petrony, 2019.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5.ª ed., Londres, Routledge, 2016.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, 3 rd ed., Cambridge Univ. Press, 2020

\_\_\_ *An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3.<sup>a</sup> ed., 2015.

- LOPES, J. A. Azeredo (coord.) – *Regimes jurídicos internacionais*, UC Porto, 2 vols., 2020.
- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 6<sup>a</sup>ed., Cascais, Principia, 2016
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Direito Internacional Público. Sumários desenvolvidos*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, AAFDL, 2012.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.<sup>a</sup> ed., Cambridge Univ. Press, 2014.
- WELLER, Marc (ed.) – *The Oxford Handbook of the use of force in international law*, OUP, 2015.

### **III. Textos normativos**

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 2.<sup>a</sup> ed., AAFDL, 2017

Lisboa, 15 de Julho de 2021

